

ISSN 2182-6552

MULTIMED

REVISTA DO RESEAU MEDITERRANEEN DE CENTRES D'ETUDES ET DE FORMATION

EDIÇÕES UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

MULTIMÉDIA - Nº.01

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: *Revista do Réseau Méditerranéen de Centres d'Études et de Formation*

© 2012 – Universidade Fernando Pessoa

DIRECTORES: **Lucienne Cornu** (Université Aix-Marseille III, France); **Bruno Ravaz** (Université Sud-Toulon-Var, France)

EDITORES DESTE VOLUME: **Rui Torres** (Universidade Fernando Pessoa, Portugal); **Kenia Maria Menegotto Pozenato** (Sapiens - Centro de Educação e Cultura, Caxias do Sul, RS, Brasil)

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS: **Kenia Maria Menegotto Pozenato** (Sapiens - Centro de Educação e Cultura, Caxias do Sul, RS, Brasil)

COMISSÃO CIENTÍFICA: **Adela Rogojinaru** (Université de Bucarest, Rom nia)

Benoit Cordelier (Faculté de Montréal); **Gino Gramaccia** (Université Bordeaux 1, France); **Hulya Tanriover** (Université Galatasaray, Turquia); **Jorge Pedro Sousa** (Universidade Fernando Pessoa, Portugal); **Luis Pinuel** (Universidad de Madrid, Espanha); **Mohamed Lakhdar Maougal** (Alg ria); **M nica Rector** (University of North Carolina at Chapel Hill, United States); **Nicolas P lissier** (Université de Nice, France); **Ricardo Pinto** (Universidade Fernando Pessoa, Portugal) **Rui Torres** (Universidade Fernando Pessoa, Portugal); **Xos  Lopez Garcia** (Universidad de Santiago de Compostela, Espanha)

EDI A O: **Edi es Universidade Fernando Pessoa**
Praça 9 de Abril, 349 • 4249-004 Porto - Portugal
Tel. 22 507 1300 • Fax. 22 550 8269 • edi es@ufp.edu.pt

COMPOSI A O, PAGINA A O, IMPRESSA O E
ACABAMENTOS: **Oficina gráfica da Universidade Fernando Pessoa**

ISSN: 2182-6552

Reservados todos os direitos. Toda a reprodu a o ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, grava a o ou qualquer outra, sem a prévia autoriza a o escrita do autor e editor,   ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

BIBLIOTECA NACIONAL - CATALOGA A O NA PUBLICA A O

ISSN 2182-6552

MULTIMED

Multimed : Revista do Réseau Méditerranéen de Centres d' tudes et de Formation / Lucienne Cornu, Bruno Ravaz (dirs.) . - Porto : Edi es Universidade Fernando Pessoa, 2012 - 160 p. ; 21 cm
ISSN 2182-6552

Estudos multimidiáticos -- [Periódicos] / Cibercultura / Comunica a o digital / Estudos culturais / Estudos mediterrânicos / Globaliza a o / Redes sociais

CDU 004.7:316.77(05)
316.77(05)

AS FACES DA ÉTICA: JORNALISMO, VIOLÊNCIA, VALORES

KENIA MARIA MENEGOTTO POZENATO¹¹

LORAINÉ SLOMP GIRON¹²

Résumé: Cette communication se propose d'analyser l'éthique du journalisme brésilien, par rapport aux valeurs et à l'éthique des médias nationaux bien que l'espace que la violence occupe aux principaux journaux, ce qui agrandit de plus en plus. Ce travail a trois parties: les faces de l'éthique, les valeurs de la presse nationale et la rhétorique de la violence.

Mots-clés: éthique, journalisme, violence, valeurs.

Abstract - This communication proposes an analysis of ethics in Brazilian journalism, in special when related to the values and the ethics in national media and the space – which is bigger and bigger – that violence has been occupying in newspapers. This work is divided into three parts: the faces of ethics, the values of national press, and the violence rhetoric.

Keywords: ethics, journalism, violence, values.

Resumo: A presente comunicação se propõe a analisar a ética do jornalismo brasileiro, em relação aos valores e ética da mídia nacional e o espaço cada vez maior que a retórica da violência vem ocupando nos principais jornais. O trabalho se divide em três partes: as faces da ética, os valores da imprensa nacional e a retórica da violência.

Palavras-chave: ética, jornalismo, violência, valores.

11 Docteur en Sciences de l'Information et de la Communication, par l'Université D'aix-Marseille. Ex-Professeur-chercheur à l'Université de Caxias do Sul-Brésil. E-mail: kpozenato@terra.com.br

12 Docteur en Sciences Sociales par l'Universidade Pontifícia Católica de São Paulo-Brésil. Ex-Professeur-chercheur, à l'Université de Caxias do Sul-Brésil. E-mail: loraines@terra.com.br

AS FACES DA ÉTICA

A palavra *ética* é derivada do grego *ethos* e significa *caráter, modo de ser de uma pessoa*. Segundo o Dicionário Hachette Multimídia, é “A ciência dos costumes e da moral”. Segundo o Dicionário Houaiss, o termo tem dupla significação. Em primeiro lugar pode ser entendido como “parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social”. Em segundo lugar, como derivação ou extensão de sentido, pode ser entendido como “conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade”. Como conjunto de normas de um determinado grupo pode significar o código de ética de uma determinada categoria social.

A ética resulta de uma determinada sociedade num determinado tempo, sendo, portanto, construída, baseando-se em valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos. Alguns povos têm, até por força de sua religião, costumes e tradições bem diferentes dos costumes de outros. Como é o caso dos povos orientais, cujas crenças e valores estão distantes dos ocidentais, cujos princípios gerais têm como base as culturas greco-latina e judaico-cristã. Por exemplo, a ética dos povos que acreditam na reencarnação tende a ser diversa da ética daqueles que não acreditam em outras vidas. Tal diversidade está ligada até ao cuidado com os animais e com a natureza.

Muitos são os enfrentamentos ocorridos na história, decorrentes das diferenças étnicas e culturais. Um dos casos mais conhecidos é o corrido entre espanhóis e portugueses com povos nativos da América a partir do século XVI. Muitas vezes a fé tem servido de pretexto para genocídios, como no exemplo citado. Muitas vezes os choques entre as culturas podem parecer éticos, mas, em geral escondem outros interesses econômicos e políticos.

Em pleno século XXI, no Brasil ainda se fazem sentir as diferenças entre as culturas, como no caso de religiões de origem africana, que têm sido impedidas de praticar seus cultos com o sacrifício de animais e de colocar suas oferendas em lugares para eles sagrados, como fontes, rios e encruzilhadas. O culto às divindades primeiras se tornou um crime e, ao penalizar a cultura alheia, a lei obriga determinados grupos a praticarem cultos secretos.

Em outros contextos, sacrificar animais é considerado ético, como no caso da pesquisa científica. Sendo também considerado ético criar animais em condições

muitas vezes cruéis e matá-los para alimentar a população. Em outros lugares, tanto matar animais para experiências científicas, bem como deles se alimentar seria considerado degradante e um desrespeito a seus princípios religiosos e éticos.

Fica difícil estabelecer princípios gerais daquilo que é ou não é ético. Matar para comer ou para cultuar divindades poderia ser considerado como antiético? Seria o caso da validação pela prática? Ou a validação do grupo dominante? Por outro lado, pode ser um crime hediondo para os povos ditos civilizados, matar para comer carne humana, costume que algumas tribos indígenas ainda hoje adotam. Enquanto é considerado ético invadir territórios e matar milhares de civis em guerras de conquista, condenando à morte seus líderes, fazendo brinquedos com sua imagem e vendendo para crianças brincarem. Na imagem que segue, de Sadam Hussein sendo enforcado, está escrito *Doping na corda (Dope on a rope)*. Mostra um boneco criado por uma empresa americana chamada Herobuilders, que o colocou no mercado para venda como brinquedo infantil.



IMAGEM 1. BRINQUEDO FABRICADO NOS ESTADOS UNIDOS COM A IMAGEM DE SADAM HUSSEIN ENFORCADO. FONTE: [HTTP://NOTICIAS.GOSPELMAIS.COM.BR/SADDAM-ENFORCADO-VIRA-BONECO-NOS-EUA.HTML](http://noticias.gospelmais.com.br/saddam-enforcado-vira-boneco-nos-eua.html)

Historicamente a ética ocidental guarda seus princípios desde os gregos. Para Sócrates, a ética seria fruto da cidadania, dos costumes e valores absolutos do homem e de sua prática na sociedade. Para ele a ética não é um conceito ou uma formulação abstrata, mas uma força que reúne e transforma tanto o indivíduo como a sociedade. Sócrates foi condenado à morte por defender o poder da cidadania contra o poder os deuses.

Seus discípulos, Platão e Aristóteles têm visões distintas da ética. O primeiro aponta para república ideal e os segundo para a organização de uma sociedade desigual. Para Platão a recuperação do sentido ético passaria pela volta a uma sociedade mais simples, onde os homens poderiam servir uns aos outros e não se servirem uns dos outros. Aristóteles, em sua concepção ética dá valor às virtudes

individuais (como a caridade e a justiça), enquanto Platão acredita no valor de princípios coletivos baseados na república com valores comuns. De uma forma em geral, essa tem sido a maior divisão entre os povos.

Os sofistas acreditam que a ética é mera convenção, já que os homens não sabem o que é bondade. Para eles, o realmente acontece é a lei do mais forte, que se impõe sobre o mais fraco. Sócrates, ao contrário, afirma que a aparente dissociação se dá justamente porque os homens não sabem o que realmente é a bondade. A noção de bondade se teria perdido pela vaidade, pela hipocrisia, que lutam pelos seus interesses comuns e não por objetivos gerais. Igual pensamento é o de Adam Smith, na obra *Riqueza das Nações*, escrita em 1776. Segundo ele, o homem é movido pelo egoísmo e pelos interesses pessoais, não havendo qualquer tipo de ética possível no pensamento da produção. Assim a ética do capitalismo seria o lucro individual.

Outro autor que trabalha a questão da ética de uma forma renovada, a partir da ética do próprio capitalismo, é Max Weber. Em sua teoria, adotou muito dos princípios contidos na Carta da Independência dos Estados Unidos. Analisando trechos dos discursos de Benjamin Franklin, de fundo pragmático, afirma que “[...] ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto isso for feito legalmente, o resultado e a expressão da virtude e da eficiência de uma vocação” (Weber, Internet, 2010). Weber afirma que a riqueza é uma forma de benção que Deus dá a determinadas pessoas, e não a outras. A riqueza seria, assim, uma benção particular de Deus, em absoluto seria um ato condenável. Errado não é ser rico, mas fazer mau uso da riqueza, como o ócio, a preguiça ou qualquer outro vício. Não se deve perder tempo, pois o trabalho faz com que Deus seja glorificado. Viver uma vida sóbria e honesta, seguindo a lei de Deus, é o que basta. Segundo ele, a produtividade maior no trabalho e a recusa do luxo deram origem à riqueza dos puritanos americanos, graças a um modo de vida que influenciou o desenvolvimento da aquisição de bens e do lucro.

Em tempo mais recente, Lipovetsky retoma a questão da ética sob o ponto de vista platônico, afirmando que é possível ter-se ética sem religião. Para ele

[...] os modernos foram capazes de ostentar, como dísticos da vida social, valores estritamente laicos; exclusivamente, foram os que tomaram a iniciativa de organizar uma estrutura social e política com base em princípios éticos não vinculados a confissões religiosas. (LIPOVETSKY, 2005, p. 2)

Ele acredita que a ética laica afirma uma nova moral sem Deus, na qual os direitos civis tomam seu lugar. Dessa forma, a «[...] imemorial preeminência das obriga-

ções para com Deus cede lugar à preeminência das prerrogativas do indivíduo como soberano» (2005, p. 3). De uma certa forma, os mandamentos divinos foram paulatinamente substituídos pelos códigos civis. Nesse caso, as relações entre homens e Deus foram substituídas pelas relações entre homens e homens.

Além dos princípios gerais que norteiam o funcionamento legal de uma sociedade, existe também a ética de determinados grupos profissionais ou étnicos. Pode-se falar em ética médica, ética de trabalho, ética empresarial, ética do professor, ética no futebol, ética jornalística, ética do advogado, ética na política, entre outras. Há ainda os grupos que vivem em regime semelhante aos das tribos, onde a ética é particular para determinado grupo em determinado tempo. «Uma pessoa que não segue a ética da sociedade à qual pertence é chamado de antiético, assim como o ato praticado» (Aristóteles, 2010).

VALORES ABSOLUTOS

Na atualidade, com o grande aumento de éticas particulares, ligadas a profissões, empreendimentos, e até ao lazer, ocorre a negação de uma ética teológica absoluta, com valores também absolutos, e que durante milhares de anos foi sintetizada nos Dez Mandamentos. A força do dever cívico contraposta ao dever religioso pode acarretar distorções na medida em que nem todos os estados e nem todas as instâncias de poder cívico têm a mesma força e representatividade.

Para Lipovetski:

Libertada da roupagem religiosa, a responsabilidade moral do homem deixou de ser formulada em termos de aceção perfeita e acabada, e foi idealizada no contexto de uma nova economia de dependência profana, do determinismo social e da descaracterização subjetiva no universo da moral auto-suficiente, desdobrou-se um processo de *desresponsabilização* parcial de cada indivíduo, isso em razão da importância atribuída à *história* de cada um (2005, pp. 11-12).

Da mesma forma que os indivíduos, os estados também podem se valer de suas histórias individuais. É possível afirmar que um país pode governar os demais usando o poder militar e econômico e tornar os valores particulares de uma nação valores gerais para o mundo?

No instante em que as éticas particulares substituem uma ética geral, nada impede que um estado que se considera mais democrático que os outros, e que

centraliza esse espírito de liberdade, se torne um avatar de Deus. Esse parece ser o caso dos Estados Unidos. No dia 17 de maio de 2010, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, promulgou a Lei Daniel Pearl, de Liberdade de Imprensa. Segundo a Revista Época (Nº 627, p. 102):

O nome foi escolhido em homenagem do jornalista que trabalhava no *The Wall Street Journal*, quando foi assassinado no Paquistão em 2002. Segundo noticiou o próprio jornal, Pearl fazia uma reportagem sobre a presença da Al Qaeda no país. A nova lei determina que o Departamento de Estado americano liste em seu relatório anual de direitos humanos a situação da imprensa em cada país, destacando aqueles em que há violação da liberdade de imprensa e o posicionamento dos governos locais.

Ou seja, os Estados Unidos, de agora em diante, poderão controlar, além do uso da energia nuclear, que dá sustentação a suas intervenções militares, os demais países que, segundo a sua ótica, violam as ditas liberdades de imprensa, agora respaldados em uma lei individual à qual seu próprio criador atribui caráter global. Quanto ao controle do uso da energia nuclear, há acordos firmados entre países e controlados pela ONU para a não proliferação de seu uso. Acontece que a sede da ONU está nos Estados Unidos, que se arvoram xerifes do mundo. Com relação à imprensa, ao que tudo indica, é um ato unilateral que não respeita a soberania de outros países. Terá sido este um ato ético? Ou estará voltando o absolutismo, agora em nível mundial?

O incrível disso tudo foi a falta de repercussão deste ato na imprensa mundial, como se fosse natural que ações individuais agissem sobre a coletividade humana. Na verdade, num mundo de diferenças culturais, falar em valores absolutos é o mesmo que tornar absoluto o valor da ética teológica ou da ética do dever cívico.

ÉTICA & IMPRENSA

O Código de Ética dos Jornalistas brasileiro, aprovado pelo Congresso Nacional dos Jornalistas, entrou em vigor em 1987. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), «[...] fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre jornalistas» (WIKIPÉDIA, 2010).

Segundo o dicionário eletrônico Houaiss (2009), jornalista é a «pessoa que trabalha como redator, repórter, colunista ou diretor em órgão da imprensa, ou

programa jornalístico no rádio ou na televisão». Segundo o dicionário eletrônico Hachette (2002), «pessoa que trabalha em jornal» ou pessoa que tem como trabalho informar através das mídias». Já, o jornalismo, no Hachette, é conceituado como «o trabalho do jornalista ou modo de expressão dos jornalistas». O vocábulo, no Brasil, discrimina as ações do jornalista, o que não ocorre com o dicionário francês que as generaliza. Nenhum dos dois conceitos, nem o código de ética, deixam entrever a existência de empresas de comunicação e a dependência dos jornalistas em relação a elas.

Para o Houaiss, o jornalismo é:

atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão etc.) para difundi-las e ainda o conjunto dos jornais ou dos jornalistas; imprensa. (HOUAISS, 2009)

Ambos os dicionários reforçam a figura e a ação dos jornalistas. Da mesma forma, como se as indústrias metalúrgicas fossem apenas relacionadas pelo trabalho dos metalúrgicos. O trabalho do jornalista, ainda que importante, é apenas uma parte da empresa, que é composta pelo capital, pelos meios de divulgação e pela tecnologia. Os jornalistas, da mesma forma que os metalúrgicos, não exercem atividades autônomas, são parte de um todo, mesmo os *freelancers* que, para terem seu trabalho publicado, o oferecem para uma empresa. São poucos os que trabalham apenas na condição de colaboradores, ao contrário, praticamente todos pertencem a uma empresa, e é como parte dela que sua atividade se desenvolve.

Ainda hoje se acredita que:

O jornalismo oscila entre a imagem romântica de árbitro social e porta-voz da «opinião pública» e a de empresa comercial sem escrúpulos que recorre a qualquer meio para chamar a atenção e multiplicar suas vendas, sobretudo com a intromissão em vidas privadas e a dimensão exagerada concedida a notícias escandalosas e policiais. (WIKIPÉDIA, 2010)

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu artigo 1º, «tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação». Em seu artigo 2º, afirma que o direito à informação deve ser garantido pelos jornalistas, que não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse. Na verdade, o jornalista não tem poder de exigir que a empresa publique aquilo que a ela não

interessa. Em seu artigo 4º, o Código reza que o «compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação». E em seu parágrafo VIII, reafirma o dever de «respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão».

JORNALISMO E VIOLÊNCIA

Ao contrário do que prevê o Código de Ética, a imprensa não tem respeitado os direitos dos cidadãos especificamente em casos em que ela se arvora de juiz de atos delituosos, condenando-os antes mesmo de serem levados a julgamento e serem considerados culpados pela justiça. Como ocorreu no Brasil com o tristemente famoso caso Nardoni¹³, sobre o qual a revista Veja apontou os pais de Isabella, a menina assassinada, como culpados antes mesmo do término do inquérito policial. Na capa da edição de 23 de abril de 2008 anunciam que «a polícia não tem dúvidas foram eles» e na matéria sobre o caso, a revista complementa dizendo que:

Pai e madrasta mataram Isabella, numa seqüência de agressões que começou ainda no carro, conclui a polícia.

O «monstro» que matou a menina Isabella e que seu pai, Alexandre Nardoni, em carta divulgada à imprensa, prometeu não sossegar até encontrar estava, afinal, diante do espelho. E a mulher, que também em carta afirmou ser a criança «tudo» na sua vida, ajudou a matá-la com as próprias mãos. Tal é a conclusão a que chegaram os responsáveis pelo inquérito policial que apura o assassinato de Isabella Nardoni, de 5 anos, ocorrido no dia 29 de março. (REVISTA VEJA, nº 2057, 23/04/2008)

Observa-se que o julgamento ocorreu apenas em 22 de abril de 2010. A Revista Veja, assim, se arvorou não só em polícia, mas ainda como juiz, e, em como última instância, como júri, condenou o casal Nardoni com dois anos de antecedência.

Não é só nos crimes comuns que a imprensa age como juiz. Também acusa e se vale do sensacionalismo para divulgar ideologias. A grande imprensa tem sido «[...] ao longo dos anos hostil aos movimentos sociais [...]» por serem perigosos

13 O caso Nardoni chocou a opinião pública. Isabella, uma menina, de 5 anos, foi jogada ainda com vida da sacada do 6º andar do prédio onde moravam seu pai, sua madrasta e seus dois meio-irmãos, através de uma rede de proteção, que foi encontrada rompida.

aos interesses das elites. A rede Globo, em 1978, quando das greves dos metalúrgicos, «[...] gravava horas de imagens das assembléias e pouco colocava no ar, mas as fitas eram passadas para o 2º exército identificar os ‘agitadores’ do ABC»¹⁴ (Souza, 2005).

A revista *Veja*, em sua edição de 23 de janeiro de 2009, destacou o aniversário do Movimento dos Sem Terra do Brasil¹⁵ (MST) com a manchete *Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei*. Diz o texto:

Em reportagens realizadas ao longo dos anos, VEJA acompanhou o crescimento, a desmoralização e os crimes cometidos por essa organização que não possui sede fixa e nem estatuto. Naquela ocasião, 45 famílias invadiram, armadas de foices e facões, uma área de 1.300 hectares no Ceará. Assustados, os proprietários de terras passaram a armar seus funcionários com revólveres e espingardas. “A ordem é clara: atirar primeiro e perguntar depois”. (VEJA, 23/01/2009)

Mesmo quando assestam as câmaras em direção ao crime organizado, a imprensa prioriza imagens individuais de chefões (LOPES, 2007), sem se interessar pelos problemas de fundo que envolvem as questões sociais. A visão superficial e os fatos pinçados impedem qualquer tipo de interpretação ao leitor. Mas não só nos movimentos sociais a imprensa se manifesta contra. Até mesmo nas mais justas manifestações pelas liberdades democráticas ela se mantém em silêncio, como no movimento das *Diretas Já*, de 1984.

A Rede Globo e *O Estado de S. Paulo* não manifestaram opiniões até que a situação ficou patente demais para ser ignorada. Em 10 de dezembro de 1983, Roberto Marinho foi procurado pela *Folha* e disse não ter opinião formada sobre o assunto. Outros meios de comunicação quando questionados sobre estarem sendo censurados, negavam. Questionados pela omissão, explicavam: “Não sou maluco de arriscar-me a perder a concessão governamental para continuar com minha rede de televisão”. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 549)

Segundo Canela (2005), em levantamento realizado pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), no período compreendido entre o segundo se-

14 O ABC deve seu nome à região mais industrializada do Brasil, formada pelos municípios de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). As greves tiveram apoio maciço dos intelectuais brasileiros, dando início a uma reação em cadeia contra a ditadura.

15 O MST é o mais importante movimento social da América Latina. Foi criado em 1980, estando ligado à Igreja Católica através da teologia da libertação. Seu objetivo é a divisão de terras entre os brasileiros sem terras, através da reforma agrária no país.

mestre de 2000 e o primeiro semestre de 2001, foram pesquisados 46 jornais de 24 estados brasileiros. Como resultado, foi recolhido em um volume com 14.905 inserções pautadas com a temática de violência. Foram analisados 2.514 textos jornalísticos, entre os quais 1.018 tiveram como foco central as chamadas forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Técnica, Forças Armadas e guardas municipais), o que corresponde a 40,5% do total. As notícias sobre a violência foram veiculadas pelos principais jornais do país, entre os quais a *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Agora SP*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia*.

Ainda segundo a mesma fonte, entre os crimes noticiados na imprensa foi possível estabelecer uma hierarquia e talvez até uma genealogia. Os crimes mais noticiados são os praticados contra a vida, contra a imprensa e com balas perdidas. Em 30% dos casos noticiados tratava-se de homicídios; em 10,1%, de roubos, em 7,1%, de violência no trânsito, em 5,5%, de seqüestros, em 3,2%, de estupro, e 1,9%, de furtos.

Em relação a crimes praticados contra crianças, os resultados são os que seguem: violência e balas perdidas correspondem a 27,5% dos casos mencionados pelos jornais. 34,8% foram de homicídios e 29,6% de espancamentos. A grande maioria dos crimes contra menores - 44,7% - foi cometida por familiares, 53,3% por conhecidos ou pessoas próximas da família. Em 80 % das reportagens a notícia foi escrita a partir dos Boletins de Ocorrência das delegacias de polícia (bos).

Os órgãos atinentes aos crimes são pouco citados. O Poder Judiciário é mencionado em 9,8% das matérias, o Ministério Público em 5%, a Defensoria, em 2,4% e 4,8% enfocam o papel do Poder Público; 2,5% mencionam a legislação e 0,8% citam o Estatuto da Criança.

Por outro lado, a cobertura jornalística se restringe à descrição do ato violento (96%); apenas 3,1% são estritamente opinativas. Em geral a imprensa se arvora em polícia investigativa e em poder judiciário. De uma forma geral, responsabiliza indivíduos de forma particular, sem se preocupar com os motivos, ou o contexto da ocorrência.

Como resultado geral da pesquisa, apenas 0,5% das matérias apontam para alguma causa da violência ou do ato violento praticado ou descrito. Entre as causas mais citadas estão: falta de educação no trânsito (10,3%); desestruturação familiar (8,6%); ineficiência policial (8,6%); falta de segurança na escola (6,9%); falta de segurança em espaços de lazer públicos (6%); comportamento violento da criança ou do adolescente (6%); pobreza (3,4%), ausência de plano nacional de segurança

(3,4%) e, por fim, a falta de espaços de lazer (2,6%). Para agravar a situação, só 1% das notícias apresenta os responsáveis, ou realiza cobranças a quem de direito.

Geralmente não são apresentadas as causas dos crimes e, muitas vezes, faltam dados fundamentais para uma análise dos envolvidos. Em 50,9% das notícias não é revelada a idade dos agressores. Nas notícias que tiveram esses dados apresentados a maioria dos suspeitos tinham idade entre 31 e 50 anos. Já, as vítimas, de uma forma geral, têm de 7 a 17 anos e são do sexo feminino. O mesmo ocorre em relação à divulgação da classe social, em que 7,3 % dos suspeitos são de classe rica; 25,5% de camada média, 16,4% de classe baixa; 0,8% população de rua. Nos outros 70,7 % não foi possível identificar as condições de vida do suspeito ou autor da agressão.

As causas dos atos de violência, quando são apresentadas, são descritas de forma aleatória, não propiciando condições para que os leitores possam formar uma opinião sobre os motivos dos fatos apresentados. A falta de contexto na apresentação dos episódios da violência, tanto como fenômeno social, ou políticas públicas, ou ação da polícia, torna a cobertura sem qualquer fundamento sociológico ou político, apresentando apenas um relato descritivo sem qualquer valor para a informação da população.

Do ato criminoso são citadas as características com a descrição dos delitos e dos envolvidos, e ainda algumas peculiaridades do crime como local, uso de arma, uso de droga e algumas de suas consequências, como aborto, gravidez, morte e também sobre o atendimento prestado no local, seja médico, psicológico ou jurídico.

As causas apresentadas pelos jornais para o abuso e a exploração sexual são: pobreza 16,79%; ineficiência das autoridades responsáveis, 7,63%; culpa da vítima, 7,63%; falta de ação ou preocupação da sociedade com o tema, 6,11%; banalização da sexualidade pela sociedade ou pela mídia, 5,34%; ausência de políticas públicas, 5,34%; problemas mentais, 5,34%; desestruturação familiar, 4,58%; erotização precoce, 3,82%; corrupção policial, 3,05%; inadequação da família em relação aos problemas enfrentados pela criança, 2,29%; inadequação da escola quanto aos problemas enfrentados pela criança, 2,29%; abuso sofrido em outras fases da vida, 0,76%; falta de política de atendimento às vítimas, 0,76%; uso de drogas, 0,76%; fator cultural, 0,76%; e, por fim, outras causas, 26,72%.

Em relação às consequências, de forma geral são atribuídas a abuso, exploração sexual e gravidez, 24,10%; problemas físicos, 21,90%; problemas psicológicos, 20,40%; aborto, 10,20%; morte, 8,80%; fuga de casa, 5,80%; doenças sexualmente

transmissíveis, 4,40%; abandono da escola, 2,20%; expulsão de casa, 1,50%; e suicídio, 0,70%. Da mesma forma que as causas, as consequências apresentadas são aleatórias e pouco explicativas.

Um debate realizado no dia 5 de janeiro de 2007, na Universidade Federal Fluminense, abordou a temática «criminalidade, violência, políticas públicas e o trabalho da imprensa». Esse debate foi organizado pelo Observatório da Imprensa, sob a responsabilidade do jornalista Mauro Malin, com o apoio dos professores Roberto Kant de Lima (UFF) e Jorge da Silva (Uerj), com participação dos jornalistas Jorge Antônio Barros, do jornal O Globo, Sérgio Torres, da Folha de S. Paulo, André Luiz Azevedo, da TV Globo, do próprio Mauro Malin e dos professores mencionados. Segundo Da Silva (Internet, 2010), a conclusão foi de que:

[...] as subjetividades envoltas nos discursos sobre a violência e na divulgação dos fatos enviesam a compreensão da realidade. Como se sabe, tanto os discursos quanto a divulgação dos fatos são afetados por preferências, interesses, identidade social etc. Mais ou menos no sentido do que os criminologistas procuram explicar com a distinção entre insegurança objetiva (o risco de alguém ser efetivamente vitimizado em determinado lugar ou momento) e insegurança subjetiva (o medo de ser vitimizado, até mesmo onde e quando não haja risco algum). Depreende-se desde logo que o papel da mídia é fundamental para que haja equilíbrio entre uma coisa e outra; para que não haja exacerbação do medo nem minimização dos riscos. (DA SILVA, 2010)

Outra conclusão foi a do maniqueísmo das notícias, que se apresenta totalmente contra ou totalmente a favor. O que significa que as notícias são lidas não como forma de prevenir ou de explicar a violência, mas de tomar a partido, não no sentido figurado, mas no sentido literal, ou contra ou a favor do governo (seja ele qual for).

Segundo Malin, no mesmo blog, na introdução do Raízes da Violência, em geral as medidas propostas:

[...] são medidas calcadas numa lógica repressiva. E essa lógica repressiva já deu demonstrações abundantes de que não melhora, mas piora a situação. A crise que se vive hoje é a crise do modelo repressivo, nunca abandonado. O abuso da repressão é antidemocrático, enfraquece a autoridade e alimenta a corrupção. (DA SILVA, 2010)

Segundo os critérios apresentados, um exemplo de como as notícias são apresentadas pode ser acompanhado no Jornal Zero Hora de 8 de julho de 2010.

Em 7 de julho, um adolescente revelou à Polícia Civil do Rio de Janeiro que a modelo Eliza Samudio havia sido «[...] espancada, aprisionada, assassinada e esquartejada, partes de seu corpo teriam sido devoradas por cães. O crime, segundo o testemunho, ocorreu em Vespasiano (MG)». Nesse crime estariam envolvidos, além do goleiro Bruno, sua esposa, seu primo menor, mais secretário e amigos. A modelo era ex-amante de Bruno Fernandes das Dores Souza, goleiro do Flamengo, que foi acusado de mandante. O caso começou a ser estudado porque, em algum dia do mês de junho de 2010, Eliza teria desaparecido. O filho da suposta vítima, de apenas 4 meses de idade, pelo qual Eliza requeria de Bruno reconhecimento da paternidade, foi encontrado em 27 de junho em uma favela em Contagem (MG).

Os ingredientes da notícia são vagos, e as explicações são mínimas. Não há corpo, não são apresentadas as idades dos envolvidos, a não ser a do menor. As causas do possível assassinato ficam subentendidas no caso amoroso e na exigência de reconhecimento da paternidade do filho que teria nascido daquele caso. Na notícia, que ocupa com destaque duas páginas iniciais do jornal, inclusive com chamada na capa, com foto, são descritas a prisão preventiva de Bruno, detalhes macabros do crime e as possíveis contradições de uma entrevista concedida no Centro de Treinamento Urubu, na zona Oeste do Rio de Janeiro. O jornal não esclarece quem fez a entrevista. Sobre o crime, a notícia não informa o local, que supostamente teria sido cometido em um sítio em Esmeraldas (MG). A própria notícia cita dois locais: Vespasiano e Esmeraldas, deixando uma grande dúvida.

A manchete, na primeira página, esclarece o crime «Um goleiro enredado». Essa afirmação, por si só, já é dúbia, misturando a profissão do suspeito com o crime. A palavra *enredado* significa estar preso numa rede, em português. E todo goleiro atua no gol, com uma rede por trás.



IMAGEM 2. MANCHETE, NA PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL ZERO HORA, QUE ESCLARECE O CRIME.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

De uma forma geral a violência, tal como é tratada na imprensa, está diretamente ligada a interesses político-partidários ou a interesses de grupos. Tão deletéria como a questão da violência é a participação da imprensa em outra questão essencial, que é a da direção política da informação, criando e destruindo figuras políticas importantes através da imprensa nacional.

Sobre a ação da Rede Globo na eleição de Collor e na tentativa de destruição da moral de Leonel Brizola¹⁶, comenta Helio Fernandes:

Apesar de toda a força, o doutor (?) Roberto tinha pânico de Brizola, esses dois episódios tiveram o líder gaúcho no centro dos acontecimentos. Em 1982, a Organização se jogou inteira no desespero de derrotar Brizola para governador. Montou o escândalo da Proconsult, gastaram fortunas, mas Brizola saiu vencedor. Doutor (?) Roberto, que não admitia ser vencido, demitiu todo mundo da direção da TV Globo, inclusive o “poderoso” diretor de jornalismo. (Quem conhece a história nos mínimos detalhes, é Pedro do Coutto. Comandou a batalha da informação, da trincheira do Jornal do Brasil, onde trabalhava na época). Em 1989, inicialmente, o grande apoio para a eleição de Collor veio da Organização Globo. Não só pela divulgação, mas também pela “recomendação” para que contribuíssem para a campanha. O próprio Collor, agora, através de subsidiária da Globo, confessa “que no final da campanha, já eleito, sobraram 52 milhões”. (FERNANDEZ, 2010)

Serge Halimi é jornalista do *Monde diplomatique* desde 1992 e seu diretor desde Março de 2008. É Doutor em ciências políticas pela Universidade de Califórnia, de Berkeley, e o professor associado à Universidade Paris VIII desde 1994. Em 1997, seu livro os *Novos Cães de guarda* (1998) vendeu mais de 150 mil exemplares, fazendo sucesso junto aos leitores. Nele, analisa as relações entre jornalistas e políticos. Demonstra como um pequeno grupo “de intervenientes permanentes” define a opinião. Jornalismo de reverência, jornalismo de convivência, jornalismo de mercado, tais são as formas de jornalismo descritas neste livro. Segundo Holfeldt (2000):

Serge Halimi arvora-se numa espécie de corregedor da mídia de seu país, atacando especialmente as práticas de alguns dos nomes de

16 Leonel de Moura Brizola político gaúcho, foi governador do Rio Grande do Sul do Rio De Janeiro nasceu em Carazinho, 22 de janeiro de 1922 e morreu no Rio de Janeiro, 21 de junho de 2004, foi candidato à presidência da república (Fonte: WIKIPEDIA).

maior referencialidade na mídia francesa, como Alain Peyrefite, Alain Touraine, Christine Okrent, André Rousselet, J. Clément, Alain Duhamel, Michel Field, Alain Minc, Anne Sinclair, Jean-Marie Cavada e outros tantos. Para ele, existe uma relação direta entre o poder econômico e os jornalistas de grande notoriedade. Como, por outro lado, também existe uma relação entre o poder econômico e a política, termina Halimi por pretender denunciar a relação entre o poder econômico, o poder político e a mídia, o que, segundo ele, é antiético.

O trabalho de Halimi, apesar de ter sido muito criticado pela imprensa de reverência, usando sua própria expressão, foi resenhado em várias partes do mundo, e merece ser lido com atenção. Através dele é possível entender os mecanismos de construção e destruição de figuras políticas e os interesses que cercam o jornalismo. Portanto, esse tipo de relação entre imprensa, política e economia é fato que se reproduz no mundo inteiro.

No caso brasileiro, de que adianta a profissão de jornalista ter um código de ética em que, segundo o seu Art. 4º, «O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação?» De que forma este artigo se compatibiliza com os interesses dos proprietários dos jornais? Que tipo de ética pode existir nos interesses dos donos das empresas jornalísticas? Não seria apenas a ética da mercadoria e a do capital?

Cabe lembrar que, para Habermas (apud SILVÉRIO, 2003), a distorção da possibilidade da ação comunicativa produz relações assimétricas entre as pessoas.

Um diálogo sobre questões morais entre senhores e escravos, patrões e empregados, pai e filho, violaria, portanto as condições da situação ideal da fala.

Lembramos que o «discurso autêntico» é aquele que ocorre com pessoas em situação igual, sob condições igualitárias do ponto de vista de participação no discurso.

Talvez seja por esse motivo que muitos acreditam na democracia instalada com o advento da Internet, o que, de certa maneira, é afirmado por Habermas. Segundo Fiedler (2006):

Para Habermas há duas dimensões da sociedade que se interpelam: o Mundo da Vida, onde o processo comunicativo se dá, onde relações intersubjetivas se organizam intuitivamente, onde ocorrem as problema-

tizações e discussões práticas que podem ou não levar às discussões de valores morais; e o Mundo do Sistema, que se caracteriza pela organização estratégica econômica e política, onde impera a não linguagem, a não discussão, ou seja, é a macroestrutura na qual se organizam as formas de produção do capitalismo mecânico e instrumental que comanda, mais ou menos, o mundo simbólico da vida.

A dimensão da Internet corresponderia às relações intersubjetivas, enquanto que a grande imprensa estaria vinculada ao mundo do sistema, no qual a desigualdade é uma condição necessária ao seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

- CANELA, G. (2005). *Imprensa e Violência*. Disponível em linha <<http://www.slideshare.net/ezvieira/imprensa-e-violencia>>. Acesso em 06/07/2010.
- CULTURA BRASIL. Max Weber – Vida e Obra. Disponível em linha <<http://www.culturabrasil.pro.br/weber.htm>>. Acesso em 12/07/2010.
- DA SILVA, J. (2009). Observatório da Imprensa. E violência. In: *Direitos humanos e segurança pública*. Disponível em linha <<http://www.jorgedasilva.blog.br/?p=362>>. Acesso em 30/09/2011.
- Dictionnaire Hachette Multimédia / Hachette Livre. Paris: Hachette, 2002.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.
- FERNANDES, H. (2010). Editorial. In: *A tribuna da Imprensa*. Disponível em linha <<http://www.tribunadaimprensa.com.br/>>. Acesso em 06/07/2010
- FIEDLER, R. C. do P. (2006). A teoria da ação comunicativa de Habermas e uma nova proposta de desenvolvimento e emancipação do humano. In: *Revista da Educação*. Nº 1, Universidade de Guarulhos. Disponível em linha <<http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/viewDownloadInterstitial/24/17>>. Acesso em 13/07/2010.
- HALIMI, S. (1998). *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes.
- HOHLFELDT, A. (2000). *Os novos cães de guarda*. Resenha. Revista FAMECOS, PUCRS/Porto Alegre, Nº 12. Disponível em linha <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3075/2352>>. Acesso em 12/07/2010.
- JORNAL ZERO HORA. Ano 47, Nº 16.379, Porto Alegre, 8 de julho de 2010.
- LEONELLI, D. & OLIVEIRA, D. de. (2004). *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record.

- LIPOVETSKY, G. (2005). *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Barueri: Manole, 2005.
- REVISTA ÉPOCA. Nº 627, São Paulo: Globo, 24 maio 2010.
- REVISTA VEJA. Os 25 anos do MST: invasões, badernas e desafio à lei. 23/01/2009. Disponível em linha <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/25-anos-mst-invasoes-badernas-desafio-lei-417144.shtml>>. Acesso em 15 de junho de 2010.
- REVISTA VEJA. Especial: Frios e dissimulados. Edição 2057, 23 abril 2008. Disponível em linha <http://veja.abril.com.br/230408/p_084.shtml>. Acesso em 16 de junho de 2010.
- SILVÉRIO, A. (2003). Jornalismo: uma questão de ética. Disponível em linha <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/eticajornalistica.htm>>. Acesso em 12/07/2010.
- SOUZA, O. (2005). A violência da imprensa. Disponível em linha <http://www.apropucsp.org.br/revista/re2_r09.htm>. Acesso em 06/07/2010.
- SUA PESQUISA. Ética: valores morais e princípios sociais. Disponível em linha <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/etica_conceito.htm>. Acesso em 08/06/2010.
- WIKIPEDIA. Serge Halimi. Disponível em linha <http://fr.wikipedia.org/wiki/Serge_Halimi>. Acesso em 12/07/2010.
- WIKIPEDIA. Ética jornalística. Disponível em linha <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica_jornal%C3%ADstica>. Acesso em 12/07/2010.

ISSN 2182-6552



9 772182 655002



RÉSEAU
MÉDITERRANÉEN
DE CENTRES
D'ÉTUDES ET
DE FORMATION